

UNIVERSIDADE DEBATE VIOLÊNCIA DE ESTADO DURANTE SEMINÁRIO INTERNACIONAL

O OBJETIVO DO EVENTO FOI DISCUTIR AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDAS PELA DITADURA E QUE CONTINUAM NO PERÍODO PÓS-AUTORITÁRIO

Por Mariane Santos



Samuel T. G. Ferreira, coordenador científico do GTP; José Luiz Del Roio, membro do Comitê de Memória, Verdade e Justiça; Eugênia Gonzaga, procuradora regional da República; e Javier Amadeo, representante da Unifesp no Comitê Gestor do GTP e um dos coordenadores do projeto sobre os crimes de maio. Foto: Comunicação Unifesp.

Pesquisadores, militantes, membros e ex-membros do Estado ou governo, docentes, alunos e convidados especiais marcaram presença na tarde de segunda-feira (27/3), na Unifesp, durante a abertura do Seminário Internacional sobre Violência de Estado - Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense.

O evento, realizado em parceria com a Universidade de Oxford

e com financiamento do Fundo Newton do Conselho Britânico, faz parte do projeto Violência do Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da Antropologia Forense e da Justiça de Transição, que conta com diversas linhas de ação, desde a pesquisa de campo para a busca da verdade sobre parte dos crimes de maio de 2006 até a pesquisa sobre a Justiça de Transição e a continuidade autoritária.

A mesa de abertura foi composta por Maria José da Silva Fernandes, chefe de gabinete da reitoria da Unifesp, representando a reitora Soraya Smaili; Renata Ramalhosa, representante da Embaixada Britânica no Brasil; Martin Dowle, representante do Conselho Britânico; Eugênia Augusta Gonzaga, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Thiago Amparo, secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania

Apoio:



do município de São Paulo; e Flávia Piovesan, secretária especial de Direitos Humanos.

Todos tiveram a oportunidade de falar sobre o trabalho realizado e os resultados obtidos visando a pesquisa e o desenvolvimento no campo da justiça de transição e da antropologia forense para desvendar a verdade sobre as graves violações de direitos humanos.

Amparo destacou a importância de dismantlar as estruturas legais e administrativas que permitem a violação e a perpetuação da impunidade. Falou ainda do trabalho que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município vem desempenhando e a importância do empenho de outras secretarias em conjunto com movimentos e universidades para derrubar as estruturas de violência do Estado.

Flávia Piovesan salientou o va-

lor do seminário, resultado de uma parceria institucional, envolvendo a Unifesp e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense CAAF. “Louvo essa iniciativa por acreditar no direito, na verdade, na justiça de transição, direito a reformas institucionais e direito a reparação. Fiquei impressionada por ter ido duas vezes ao CAAF e testemunhado do trabalho extraordinário e pioneiro realizado e a todo o desafio da antropologia forense”.

“Se não fosse a criação desse centro, nós estaríamos com muitas dificuldades nas análises. Vamos conseguir continuar avançando e continuar na busca dos desaparecidos políticos. Nossa necessidade brasileira é muito maior”, explicou Eugênia. Ela ainda falou das buscas na região do Araguaia, Cemitério Petrópolis e Vila Formosa e destacou a importância da criação de

órgãos autônomos de perícia.

“Espero que essa parceria entre Unifesp e a Universidade de Oxford seja um ponto vetor da erradicação e dê subsídios e ferramentas para isso. É um tema de extrema relevância e reforço nosso empenho”, ressaltou Renata.

Maria José finalizou a solenidade ressaltando o comprometimento da universidade com a criação do CAAF. “O centro surge pela junção de profissionais da área de antropologia, arqueologia, ciências políticas, história, saúde, por multiprofissionais interessados em direitos humanos. Houve uma grande discussão sobre a necessidade desse local e a Unifesp ganhou desafios com isso. O objetivo é se tornar referência e a universidade tem investido muitos esforços para garantir sua expressão”.



A mesa de abertura foi composta por Maria José da Silva Fernandes, chefe de gabinete da reitoria da Unifesp; Renata Ramalhosa, representante da Embaixada Britânica no Brasil; Martin Dowle, representante do Conselho Britânico; Eugênia Augusta Gonzaga, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Thiago Amparo, secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania do município de São Paulo; e Flávia Piovesan, secretária especial de Direitos Humanos. Foto: Comunicação Unifesp.

Os slides apresentados no Seminário Internacional estão disponíveis no site do CAAF

<https://unifesp.br/reitoria/caaf/eventos/seminario-internacional-sobre-violencia-de-estado>

Apoio:





GRUPO DE TRABALHO PERUS E PROJETO SOBRE CRIMES DE MAIO DE 2006 APRESENTAM DADOS PRELIMINARES

APRESENTAÇÃO OCORREU DURANTE O SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA DE ESTADO

Por Daniel Patini



Samuel T. G. Ferreira, coordenador científico do Grupo de Trabalhos Perus, apresentando os resultados preliminares do projeto no Seminário Internacional sobre Violência de Estado. Foto: Comunicação Unifesp.

As análises indicam que 25 casos apresentam lesões compatíveis com a ação de projétil de arma de fogo. Dos 235 casos com lesões perimortem, a maioria apresenta lesões contusas, produzidas por meio de instrumento contundente, de forma intencional ou acidental.

Já para a análise de DNA, já foram realizadas 74 coletas de 31 famílias, sendo que dez delas nunca haviam doado material genético. Das outras 21 que já haviam doado, 26 novos familiares tiveram amostras coletadas. Essas análises serão feitas em um laboratório internacional que já trabalhou com outros casos de identificação de pessoas desaparecidas em contextos de violações de direitos humanos.

Crimes de maio de 2006

Resultado de uma colaboração institucional entre o CAAF/Unifesp e o Centro Latino Americano – Escola de Estudos Interdisciplinares, da Universidade de Oxford, o Projeto Violência do Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da Antropologia Forense e da Justiça de Transição tem como objetivo capacitar pesquisadores e especialistas em antropologia forense atuantes na área de direitos humanos, visando erradicar a violência do Estado e fortalecer a democracia.

A pesquisa, que foi apresentada no evento por um de seus coordenadores, Javier Amadeo, está focada na análise de 71 casos (dos mais de 500 no total) de pessoas assassinadas por arma de fogo, entre 12 e 20 de maio de 2006, nas regiões periféricas de seis cidades da Baixada Santista. O projeto visa

O Grupo de Trabalho Perus (GTP) e o Projeto Violência do Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006, ambos ligados ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), apresentaram, na quarta-feira (29/3), os resultados preliminares de seus respectivos trabalhos.

O encontro ocorreu no Anfiteatro Leitão da Cunha, durante o Seminário Internacional sobre Violência de Estado, desenvolvido em parceria com a Universidade de Oxford e com financiamento do Fundo Newton do Conselho Britânico.

Participaram da mesa-redonda Samuel T. G. Ferreira, coordenador científico do GTP; José Luiz Del Roio, membro do Comitê de Memória, Verdade e Justiça; a Eugênia Gonzaga, procuradora regional da República; Javier Amadeo, representante da Unifesp no Comitê Gestor do GTP e um dos coordenadores

do projeto sobre os crimes de maio; e João Inocêncio Correia de Freitas, integrante do Movimento Mães de Maio.

Grupo de Trabalho Perus

Em sua apresentação, Samuel realizou um breve histórico do grupo, criado em 2014 para identificar os desaparecidos políticos que possivelmente estejam entre os restos mortais exumados da vala clandestina do cemitério Dom Bosco em Perus, além de determinar a causa de suas mortes.

Após 17 meses de trabalho de análise dos restos mortais, das 1.049 caixas recebidas, 60% delas (626) já tiveram seu conteúdo analisado, sendo que 159 caixas possuem mais de um indivíduo dentro. Das 626 já analisadas, há 610 indivíduos com sexo e idade estimados: 481 do sexo masculino e 129 do sexo feminino.

Apoio:

mostrar a existência de indícios que apontam que as pessoas assassinadas nesses episódios foram mortas como resultado da violência de Estado.

Até o momento, foram feitas a delimitação do universo de pessoas assassinadas durante esse período, a construção de um banco de dados, a coleta das narrativas dos familiares dessas vítimas e a realização de geoprocessamento e mapas dos locais onde ocorreram os crimes.

Dentre esses casos, está o de Matheus Andrade de Freitas, que

tinha 22 anos na época, filho de João Inocêncio Correia de Freitas. Emocionado, ele relatou os últimos momentos com seu filho naquele fatídico mês de maio e aproveitou o encontro para reforçar a busca pela solução e punição dos responsáveis. “Nós, do movimento, estamos lutando por justiça. Não podemos desistir, temos que perseverar”.

“Buscamos entender com esses dois casos emblemáticos, o dos desaparecidos políticos da ditadura e o dos crimes de maio de 2006, os elementos do autoritarismo que se perpetuaram na estrutura do Esta-

do e suas políticas de segurança”, ressaltou Javier.

Em sua fala, José Luiz Del Roio, que teve a mulher e mais 30 amigos entre os desaparecidos políticos durante a ditadura militar, foi enfático ao relacionar esses dois períodos violentos da história do Brasil. “Eu tenho certeza de que, quando terminou a ditadura em 1984, se a justiça tivesse sido feita com os criminosos torturadores daquela época, esses filhos [das mães e pais do Movimento Mães de Maio] estariam vivos hoje. Isso me dói bastante”.

VIOLÊNCIA DE ESTADO É TEMA DE DISCUSSÃO EM WORKSHOPS



Operação Condor em julgamento na América do Sul: processos de responsabilidade em perspectiva comparada, workshop ministrado por Leigh Payne, Gabriel Pereira e Laura Bernal-Bermúdez (Centro Latino-Americano - Universidade de Oxford). Foto: Comunicação Unifesp.

Em continuidade ao Seminário Internacional sobre Violência de Estado, foram realizados, nos dias 30 e 31/3, quatro workshops que abordaram assuntos relacionados à violência de Estado, Antropologia Forense e Direitos Humanos.

Na quinta-feira (30/3), aconteceram os workshops “Responsabilidade corporativa e justiça de

transição”, com a participação das professoras Leigh Payne e Laura Bernal-Bermúdez do Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford, e “Operação Condor em julgamento na América do Sul: processos de responsabilidade em perspectiva comparada”, com a presença de Francesca Lessa, também do Centro Latino-Americano.

Na sexta-feira (31/3), foram re-

alizados os workshops “A construção da narrativa histórica em periódicos”, da professora Ana Nemi (EFLCH/Unifesp), e “Para que(m) serve a ciência? A produção de conhecimento científico junto aos movimentos populares na perspectiva da justiça de transição”, da professora Raiane Assumpção, coordenadora de Direitos Humanos da Proec/Unifesp.



CAAF INICIA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA FORENSE



A conferência da abertura do curso de especialização foi realizada pela professora catedrática da Universidade de Coimbra Eugénia Cunha. Foto: Camila Souza.

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp) deu início, no dia 1º de abril, ao curso de especialização em Antropologia Forense e Direitos Humanos. A conferência da abertura foi realizada pela professora catedrática da Universidade de Coimbra Eugénia Cunha.

O curso, coordenado pela docente da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) - Campus Guarulhos Cláudia Regina Plens, é uma parceria do centro com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal, com o apoio do Secretaria de Segurança Pública Nacional (Senasp), por meio de um acordo com o secretário Celso Perilli.

“O objetivo dele é ampliar e consolidar o conhecimento e a aplicação das áreas de direitos hu-

manos e antropologia forense no Brasil, bem como capacitar profissionais de forma a fazê-los refletir sobre modos de como a sociedade brasileira pode lidar com os diversos tipos de violência sobre os indivíduos”, explica Cláudia.

Para Eugénia, o curso é uma enorme mais valia para a capacitação de peritos e profissionais e uma alavanca para o desenvolvimento da antropologia forense no Brasil, constituindo um dos primeiros cursos de especialização em antropologia forense não só no país, mas na América Latina. “A Unifesp está de parabéns por ter abraçado este desafio”.

Ele é um desdobramento do projeto de pesquisa em vigência no CAAF/Unifesp, em parceria com a Universidade de Oxford, “Violência de Estado no Brasil: o estudo dos crimes de maio de 2016 na perspectiva da justiça de

transição e antropologia forense”, que conta com apoio do Fundo Newton do Conselho Britânico.

Dada a alta procura de profissionais de diferentes áreas de todas as regiões do Brasil pelo curso, com o objetivo de poder atender a um maior número de pessoas, alguns módulos serão abertos ao público que poderá obter certificação de aperfeiçoamento. Para tanto, o candidato para os módulos avulsos deverá se cadastrar pelo sistema (completar) Estarão abertos para o público cinco módulos:

- 1) Ciências Forenses; 2) Direitos Humanos, Violência de Estado e Justiça de Transição; 3) Legislação e Ciências Forenses; 4) Perícia, Segurança Pública, Justiça e Ministério Público, Direitos Humanos, Universidade e Sociedade; 5) Experiências Nacionais e Internacionais em Antropologia Forense.

Apoio: